

Revista de Informação Legislativa

Brasília • ano 39 • nº 153

janeiro/março – 2002

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Israel – Estado e religião

Hugo Hortêncio de Aguiar

Sumário

1. O Nome. 2. O Território. 3. A Terra Prometida 4. Palestina – origem e trajetória. 5. Jerusalém – o místico e o político. 6. O Estado de Israel – história recente. 7. O Estado de Israel – estruturação política. 8. O cristianismo – uma perspectiva de mediação.

1. O Nome

“Israel” é uma combinação do verbo hebraico “Lisrôt” ou “Sará”, *lutar contra* ou *contender com*, e do vocábulo “El”, *Deus*. O termo significa *o que lutou contra Deus*.

Segundo a narrativa bíblica, Isaac, filho de Abraão, foi pai de dois filhos, Esaú e Jacob (ou Jacó). O mais novo, Jacó, durante uma viagem a Aram, na Síria, teria lutado com um anjo, mensageiro do Senhor, que, após o combate à espada, mudara o nome de Jacó para Israel. Isso trouxe como consequência o fato de que as doze tribos originadas com os doze filhos homens de Jacó passariam a constituir as Doze Tribos de Israel, base móvel de toda a crença judaica. As citações no Antigo e no Novo Testamento são numerosíssimas e praticamente todos os episódios da vida israelita estão ligados, até os dias de hoje, à evolução dessas Tribos no tempo e no espaço.

2. O Território

O Estado de Israel está situado “no meio do mundo”, pois, conforme o Guia de Israel de 1972, “é o ponto de encontro do Oriente e

Hugo Hortêncio de Aguiar é coronel reformado do Exército e professor de línguas e história no âmbito do Médio Oriente.

do Ocidente, do Este e do Oeste, do Norte e do Sul, do velho e do novo, do religioso e do secular”.

Historicamente, grandes exércitos aqui se encontraram em batalhas que decidiram o destino das nações, por ser um ponto de passagem obrigatória. Até mesmo na literatura profética apocalíptica, é citado o Armagedon, local da batalha final dos tempos. “Armagedon” vem do hebraico “Har Meguido” ou “Mageddon” e significa Monte Meguido, que domina um vale estratégico na província da Samaria.

Essa imagem do Apocalipse, que chegou a ser considerada infantil para muitos leitores, já não parece tão ingênua assim, pois a minúscula Terra de Israel pode constituir-se num foco incontrolável de conflito mundial.

Embora muito limitada, a área oferece uma grande variedade topográfica, bastando citarmos o Mar Morto, o lugar mais baixo do mundo, o Monte Hermon, com o seu pico eternamente nevado, o Deserto de Neguev, seco, e a calha do Rio Jordão, com o seu tradicional clima úmido. Essa área geográfica, que tanto sofreu alterações em suas dimensões devido à sua história dinâmica, é, acima de tudo, uma terra de contrastes, qualidade essa que remonta aos tempos bíblicos.

3. A Terra Prometida

A história de Israel está indissoluvelmente ligada à da Terra Prometida. Tendo saído de Ur, na Caldéia, à procura de melhores condições de vida para seu grupo familiar e seus rebanhos, Abraão e seu séquito foram residir em Harran (Aram), um povoado no norte da então Síria, entre os Rios Eufrates e Tigre, onde se falava o aramaico.

Abraão e seus familiares falavam um idioma também semítico, cuja diferença para o aramaico era pouco maior do que entre o português e o espanhol. Esse idioma dos imigrantes ficou sendo o *hebraico*, porque os nômades do Sul ficaram conhecidos como *hebreus*¹, depois que entraram na Terra Prometida.

Naquela localidade, Harran, Abraão teria recebido um chamado do Senhor (cujo nome ainda não era conhecido), mas que era o único “deus” de Abraão, para ocupar com sua gente uma terra que lhe era dada em herança, graças à sua crença monoteísta e às suas virtudes de patriarca.

Essa terra, terra *prometida*, apresentava muitas divergências quanto à sua localização geográfica e quanto à sua extensão, numa prova de que as alterações de território no Estado de Israel são muito antigas, pois as citações são bíblicas. É verdade que o conhecimento da nomenclatura geográfica era limitado e que o antigo hebraico, idioma do Antigo Testamento, era de sinonímia pobre, servindo um vocábulo para várias significações. Vejamos uma divergência: a Terra Prometida, recebida por Abraão, do Senhor, foi a Terra de Canaã, que todos os mapas localizam a oeste do Rio Jordão. Até aqui, nada de mais, pois o texto bíblico sugere apenas que isso foi mostrado em sonho ou em visão².

Outro trecho do Antigo Testamento apresenta uma Terra Prometida limitada a oeste pelo Rio do Egito e a leste pelo Rio Eufrates. Além disso, cita as tribos dos cananeus, que seriam conquistadas com suas terras, o que correspondia a uma área mais ou menos trinta vezes a do atual Israel³.

Atendendo a que essas manifestações do Senhor eram em sonho ou visão e que a metáfora era de uso freqüente, podemos tolerar a imprecisão dessas indicações. Mas há uma outra divergência significativa: Moisés, o profeta dos hebreus, não entrou na Terra Prometida, sendo sepultado no Monte Nebo, situado a leste do Rio Jordão, mas bem próximo⁴.

Como vimos, a área prometida encolheu muito. Numa avaliação equilibrada das referências bíblicas e à luz dos futuros acontecimentos, vamos concluir que a Terra Prometida deveria ser chamada Terra de Canaã, como passou a ser, isto é, Terra dos cananeus, que, por sua vez, não se restringiram a habitar somente o oeste do Rio Jordão.

Até aqui, abordamos a narrativa bíblica, cuja exatidão, nos seus contornos históricos e geográficos, é passível de aceitação ou não. Daqui para a frente, vamos deixando o terreno da interpretação bíblica para o da História. A pouco e pouco.

4. Palestina – origem e trajetória

Ainda segundo o Antigo Testamento, Cam, filho de Noé, teve 4 filhos: Cush, Mitsraim, Put e Canaã.

Os descendentes de Mitsraim ocuparam o Egito, que, ainda hoje, em Israel, é conhecido pelo seu nome bíblico “Mitsráim”. Os descendentes de Canaã constituíram as sete nações cananaicas, que são, por ordem alfabética: Amorréus, Cananeus, Fereseus, Girgaseus, Heveus, Heteus e Jebuseus. A terminação “eus” pode ser também “itas”. Assim, heteus ou hititas, nossos conhecidos da Ásia Menor.

Uma das nações manteve o nome do patriarca-tronco “Canaã”, talvez porque o filho-cabeça da nação, Sidon, tenha sido o primogênito. Alguns autores chamam-na também de “sidonitas”. Mas todos os componentes das sete nações eram, etnicamente, cananeus. Outros grupos que são citados como Arkeus, Armadeus, Sineus, etc., são tribos ou ramos daquelas nações. Estamos abordando com mais pormenores a nação “cananeus” ou “sidonitas” porque deu origem aos nossos velhos conhecidos “fenícios”⁵.

Os Fenícios, também cananeus, foram os inventores do alfabeto⁶.

Foi contra os cananeus que os hebreus lutaram para a conquista da Terra de Canaã, depois que saíram do Egito. Sob o comando de Josué, pois Moisés tinha morrido, os hebreus tiveram de enfrentar, logo a seguir, uma nação “camita” (da linhagem de Cam), descendente de Mitsraim, que se tinha desgarrado para uma ilha do Mar Egeu, “os filisteus” (não eram cananeus), cujo nome ficou sendo “Philistia” ou “Philistéia”, ou, no hebraico, “Pêlestin” (Pa-

lestinos), o que resultou na nossa célebre *Palestina*.

Este último povo ocupou o litoral de Ashdod a Gaza e mais algumas cidades próximas e, embora pouco numeroso, era tão aguerrido e teve papel tão decisivo na história do povo judeu que a Terra de Canaã, nas referências futuras, ficou sendo conhecida como *Palestina*, apesar de que os judeus preferiram, até hoje, Terra Prometida, mais bíblico; Terra de Canaã, mais étnico; e, acima de tudo, Terra de Israel, mais bíblico, mais étnico, mais histórico e mais político.

Seria natural que os habitantes da área passassem a ser chamados *palestinos*, mas tal não aconteceu.

Em primeiro lugar, os descendentes da Tribo de Judá, os judeus, não admitiam que representantes de nenhuma outra etnia, os *filisteus*, adotassem uma terra prometida dada em herança a um grupo de tribos privilegiadas da linhagem de Abraão e Jacó, cuja profecia, no leito de morte, atribuía a uma dessas tribos (a de Judá) o papel de projetar na sua linhagem étnica um guia que mudaria os destinos da humanidade.

Nos períodos de mando judaico, jamais a Palestina teve esse nome, bem como em alguns períodos de dominação estrangeira. Até mesmo os romanos, quando derrotaram os judeus-macabeus e enviaram os procuradores, não designaram Pôncio Pilatos para a jurisdição da Palestina, e sim para a Judéia, Terra dos Judeus, que perturbavam a paz de Roma.

Quando se cogitou mesmo do nome *Palestina* foi a partir da expedição dos Cruzados e, particularmente, durante o Mandato Britânico de 1917 a 1948.

De modo que identificar como palestinos os habitantes da área é perda de tempo, e só o faremos quando tratarmos do Estado de Israel.

Se quanto ao território a variação da nomenclatura foi grande, quanto à sua capital se deu o inverso: Jerusalém foi sempre reconhecida e venerada como a cidade mística e eterna, mesmo nos períodos de dominação

estrangeira, em que formalmente se procurou substituí-la ou transformá-la.

5. *Jerusalém – o místico e o político*

De todas as propostas que pesquisamos para justificar o nome, ficamos com a seguinte: uma combinação do grego “Iero”, sagrada, com a Salém bíblica. Como no idioma grego Salém é transliterada por Salima, Solima, Solimo ou Solim, o vocábulo “Ierossolim” do texto evangélico grego reforça a nossa alternativa, apesar de ligeiras variações textuais. É apenas uma opção, entre várias, e não garantimos que seja a mais correta. Assim, “Ierossolim” seria a “Sagrada Salém”.

De Salém para Cidade dos Jebuseus (que habitavam a região) e para Jerusalém, já com esse nome definindo limites na distribuição da Terra Prometida, foi um passo, que deu ensejo a dois fatos históricos de grande relevância: 1º – o Rei David, que unificou as Tribos (1.010 a 1.000 a.C.) estabeleceu o Reino de Israel e proclamou Jerusalém como Capital. É essa data o verdadeiro início do Estado de Israel bíblico-histórico; 2º – o filho de David, Rei Salomão, por inspiração divina, construiu o primeiro Templo, que passou a ser o centro espiritual de todas as Tribos de Israel e símbolo da ligação entre o Senhor Javé e seu povo eleito.

Os dois itens anteriores contêm os conceitos básicos e fundamentais que orientam qualquer atitude do povo e dos governos de Israel: 1) o Reino de Israel significava a nação *judaica*, na Terra de Israel, sonho de toda a peregrinação israelita e de suas lutas na conquista da Terra Prometida; 2) Jerusalém como Capital, a cidade citada milhares de vezes no Antigo Testamento (também com o nome de Sion) e adotada pelos profetas, sede do Templo de Javé. Jerusalém somente perdeu essa condição em três episódios históricos: o primeiro fato foi a destruição total da cidade pelos babilônios (587 a.C.), forçando os judeus remanescentes a buscar na Galiléia um abrigo, “Rakkat”, muito depois reconstruída com o nome de “Tiberíades”,

uma homenagem de Herodes Antipas a Tibério, imperador romano. Ali foram completados diversos tratados rabínicos e a escrita hebraica foi vocalizada. O segundo fato histórico foi a destruição do segundo Templo pelos romanos, no ano 70 d.C., acabando com o centro religioso da fé judaica, ao mesmo tempo em que a cidade foi “romanizada”, provocando no povo judeu a segunda grande *diáspora*⁷. Esclarecemos que, durante a dominação romana de quase meio milênio, adotou-se como capital política a cidade de Cezaréia (ou Cezárea). Mas os romanos sabiam que Jerusalém, capital mística para os judeus e todo o Oriente Médio, era o foco de onde se irradiariam os efeitos de qualquer decisão. Além disso, Jerusalém era a sede da oligarquia judaica. O terceiro fato foi no regime Cruzado, por tempo não muito longo, quando Acre foi a capital de Israel.

Mesmo nesses períodos, Jerusalém nunca perdeu a condição de capital mística. Os muçulmanos sempre a chamaram de “Al Quds Ash-Sharif” (o venerável santuário), os cristãos sempre a veneraram como a “Cidade Santa” e os judeus, naturalmente, sempre a consideraram como a Capital bíblica, mística, histórica e eterna. Por isso, quando alguns comunicadores de massa inadvertidamente fazem referências a Tel Aviv como capital de Israel, não somente dão uma prova eloqüente de incipiência cultural, como agridem a consciência mística do povo judeu.

Todos têm suas cidades santas ou veneradas. Os muçulmanos têm Mecca, Medina e Jerusalém. Os cristãos têm Fátima, Assis, Pádua, Lourdes, Roma e também Jerusalém. Os judeus também têm Hebron, Tiberíades, Saled e, acima de tudo, Jerusalém.

Mas todos anseiam por Jerusalém. É lá que os muçulmanos têm a mesquita “El Aksa”, de grande hierarquia no Islã, a mesquita de “Omar” e o “Domo De La Roca”, de onde Maomé ascendeu aos céus, segundo a tradição. Sendo assim, os islamitas vão lutar com afinco pela Velha Cidade, como um todo ou em parte. E o caminho para chegar lá é a criação de um Estado palestino. Os

cristãos também já lutaram muito pela fascinante cidade e continuam desejando que ela continue aberta às suas peregrinações, advogando essa justa pretensão por meios mais humanitários. E os judeus, pelas ligações bíblicas, vão defender a sua unificação, sob a sua jurisdição, a qualquer preço. Não tenhamos dúvidas a respeito. No fundo, todo esse conflito do Oriente Médio (agora já mais extenso) tem um nome: *Jerusalém*.

Quem controlar a histórica cidade controla indiretamente o misticismo de dois e meio bilhões de crentes. E influi, de um modo ou de outro, sobre toda a humanidade, porque esse contingente abriga no mínimo 80% da tecnologia do globo, desde o arsenal científico do Ocidente às fontes de energia do Oriente Médio e da Ásia Central, e quase 100% dos meios de comunicação, que formam a opinião pública mundial.

Além de seu valor místico inextinguível, é um trunfo do mais alto poder de negociação internacional.

6. O Estado de Israel – *história recente*

Em 14 para 15 de maio de 1948 (à meia-noite), com base numa resolução da Assembleia Geral da ONU, dirigida por um brasileiro e datada de 29 de novembro de 1947, foi decidida a criação de um Estado Judeu, na Terra de Israel, a se chamar *Israel*.

Podemos imaginar as dificuldades na definição do novo Estado, depois de tantas alterações ao longo de sua história dinâmica.

Para os israelitas e, particularmente, os judeus, foi a concretização de um sonho de milênios, representando uma situação de fato, agora reconhecida pelo universo das nações, fruto de memoráveis campanhas de sofrimento, peregrinações, lutas e perseguições, sob o signo do monoteísmo e dos ensinamentos proféticos.

Para os vizinhos do mundo árabe-muçulmano, a resolução teve efeito desastroso, uma vez que o eterno inimigo judeu, dos

períodos anteriores, agora tinha uma feição oficial, institucional, o Estado de Israel, reconhecido no mesmo dia 14 de maio de 1948 pelos Estados Unidos, que acabavam de assumir a liderança mundial após a vitória na segunda Guerra Mundial. O novo Estado estava situado dentro de um semicírculo ocupado por seus tradicionais inimigos.

No entanto, se a declaração de independência de um Estado judeu pareceu assim tão traumática, ela já vinha sendo preparada habilmente desde a dominação turca, com as atividades judaicas de colonização, imigrações em massa, distribuição de fundos e, acima de tudo, com a ação da Organização Sionista Mundial.

Com o Mandato Britânico e a célebre Declaração Balfour de 1917, a grande Terceira Imigração, a fundação do primeiro “*kibuts*”, do primeiro “*Moshav*” e, particularmente, com a inauguração da célebre Federação do Trabalho (*Histradut*), ocorreram os primeiros distúrbios entre árabes e judeus, que se estenderam até 1939. É dessa época o aumento da população de árabes cristãos em Nazaré e o assentamento de colonos árabes em várias partes do território, principalmente entre Nazaré e o Monte Carmelo.

Nem a criação de um governo árabe na Transjordânia (leste do Rio Jordão) serviu para contrabalançar as forças, francamente a favor de Israel, pela tecnologia e experiência trazida dos povos europeus.

Uma nova resolução da ONU, de 29 de novembro de 1947, serviu para acalmar os ânimos, pois previa uma repartição de governos na área, entre *judeus e árabes*.

Mas os choques entre os dois tinham mais o caráter *social* (de trabalho, de assentamento populacional) ou *agrário* (ligados a núcleos agrícolas), não estando ainda o conceito de *palestinos* suficientemente amadurecido.

Com o término do Mandato Britânico e a saída das últimas tropas inglesas, os exércitos da Jordânia, Egito, Síria, Iraque e Líbano invadiram o território de Israel em 1948. Era preciso liquidar o inimigo comum no

seu nascedouro. Os países árabes participantes, em número de cinco, e cuja população somada equivalia cem vezes à de Israel, foram fragorosamente derrotados em todas as frentes, numa guerra que os judeus chamaram “de Libertação”.

O lucro territorial dos israelitas não foi tão substancial comparado com o esforço de guerra, mas as rodovias e demais pontos estratégicos da Margem Ocidental, ocupada pelos árabes, vitais para uma ação futura, foram conquistados e deixaram a Nova Jerusalém liberada da pressão jordaniana.

Lembremos que a Cidade Nova, quase totalmente judaica, já possuía uma população dez vezes maior que a Cidade Velha, “Intra-muros”. Esta última, com todos os lugares santos, ficou em poder da Jordânia.

A partir dessa campanha, os árabes que permaneceram nas zonas ocupadas, passaram realmente a constituir *os palestinos*.

Saibam os leitores que os *filisteus*, invasores da Terra dos Cananeus, só muito mais tarde foram chamados de *palestinos* e assim mesmo dependendo do tempo e do espaço.

Mas agora o confronto era armado e se desdobrava em ações diversificadas; os israelitas passaram a vê-los sob um conceito diferente. *Palestino* passou a ser uma condição *política*, não uma situação *geográfica*.

Assim, um árabe residindo em Nazaré ou assentado nas colônias agrícolas da Galiléia não é um *palestino*. Porém um paquistanês que participe como ativista nas manifestações de rua em Gaza ou Ramalah, por exemplo, é um *palestino* com todas as letras.

Após o episódio militar da Conquista do Sinai, logo devolvido ao Egito, houve, em 1967, uma verdadeira guerra relâmpago, chamada dos Seis Dias, mas que comentaremos com mais pormenores, pela sua importância. Era a seguinte a situação anterior: 1) população total de Israel (dados aproximados): 2.800.000, sendo 2.400.000 judeus, 300.000 muçulmanos e outros, 100.000; comparado com cifras anteriores, a população judaica quase quadruplicara; 2) a imigração de judeus de todas as partes do mun-

do continuava intensa, em face dos benefícios tecnológicos no campo e o anseio cada vez maior do retorno à Terra de Israel; 3) a situação incômoda de Jerusalém dividida, ficando a Cidade Velha com a Jordânia, com o controle absoluto dos lugares santos e grande parte das sinagogas destruída. A consequência era de se prever: numa guerra de seis dias, os judeus expulsaram os palestinos da margem ocidental do Rio Jordão, reunificaram Jerusalém com a retomada da Cidade Velha, retomaram a Faixa de Gaza e, finalmente, as Alturas de Golan. Esta última região, tomada da Síria, deveu-se a motivo de segurança, pois até com arma automática é possível destruir qualquer tropa a pé que circule no vale do Lago Hule, entre Cafarnaum e Dan.

Como a terra não pode absorver judeus e árabes, pois não há como fisicamente ocupar uma vaga com duas coisas do mesmo tamanho, ao mesmo tempo, muitos palestinos emigraram para os países árabes vizinhos, onde passaram a constituir, como refugiados, mais um problema para o país acolhedor. Esses refugiados, em sua quase totalidade árabes, são também palestinos, embora residam fora da Palestina. Essa guerra, dos Seis Dias, foi, realmente, até agora, o último episódio de guerra convencional para a disputa da Margem Ocidental.

A partir de então, seguiram-se as pressões internacionais, os acordos políticos bilaterais, com um ou mais de um país árabe vizinho, e, dentro do próprio governo israelense, tendências políticas motivando a reocupação de áreas da Margem Ocidental, propiciando a perspectiva da formação de governos dos próprios palestinos, com sua milícia, e dispensando o apoio militar direto dos países periféricos, cuja incapacidade de vencer o inimigo comum fora já demonstrada.

Ora, a formação dessas organizações, como a OLP de Yasser Arafat, previa uma autoridade central, apoiada por uma milícia regular, atuando por processos racionais. Como o resultado não foi o esperado –

e a principal causa foi a falta de unidade política, a motivar desastrosas dissensões entre suas facções –, formaram-se à sombra dessas organizações grupos de ação violenta, que encontraram brechas no texto do Corão para a justificativa de suas ações extremadas. No nosso artigo do número anterior “Islamismo e Estado”, abordamos o tema. Essas ações terroristas passaram a ter como alvo não somente Israel, mas também seus aliados, principalmente o mais poderoso, os EE.UU.

Também essas ações transcenderam o território de Israel e estão ocorrendo no mundo todo, despertado para uma campanha contra um inimigo que não é novo, mas que atualmente se confunde com grupos de objetivos diferentes, podendo, mesmo, ser legítimos alguns desses objetivos.

O perigo dessas ações extremadas, contando aparentemente com o aplauso popular, que não vê outro meio de corrigir o que julga desacertado e que se ilude com o efeito imediato e emocionante das ações, é que provoquem uma reação de efeitos desastrosos e até catastróficos. Além disso, esses grupos violentos, fugindo ao controle de suas bases nacionais ou políticas, terminam por comprometê-las no processo global, criando um quadro geral indefinido e sem conserto.

Conhecemos a Terra Santa palmo a palmo. Podemos dizer, com toda a segurança, que não vemos solução a curto e médio prazo, para uma paz definitiva, nem mesmo para uma relativa estabilidade política na área. A perspectiva é a de dois blocos de estruturação absolutamente diversa, atritando-se em territórios justapostos, que nem fronteiras geográficas apresentam. Junte-se a isso a necessidade de circulação e de ligação para os ocupantes da Margem Ocidental e a utilização do espaço aéreo.

7. O Estado de Israel – estruturação política

O Estado de Israel é uma república parlamentarista democrática. Nenhum país do

mundo pode usar em toda a sua plenitude a palavra “parlamentarismo” quanto Israel. O Parlamento, em hebraico “Kneset”⁸, é o governo por excelência, pois o Chefe de Gabinete, eleito por votação da Kneset, assume mais poderes que o Presidente da República em países de regime presidencialista. Em compensação, o Chefe de Gabinete cai por um voto de desconfiança da Kneset.

Dirão os leitores que esse é o mecanismo normal de rotação do poder em todas as repúblicas parlamentaristas. Somente que, em Israel, esse mecanismo é muito mais dinâmico, devido à estruturação política resultante de sua formação mística, com base nas leis proféticas de sua história conturbada, sendo objeto de dominações estrangeiras seguidas e de seu papel de acolhedor de vários tipos de cultura ocidental e oriental.

Sendo assim, nem mesmo tempo houve para a consolidação de todo o pensamento liberal do povo judeu num documento único, que seria a Constituição escrita, segundo o modelo brasileiro, por exemplo.

O que existe, realmente, são ordenamentos jurídicos específicos, que guardam vestígios de ocupação estrangeira, destacando-se particularmente: 1) a lei otomana; 2) a legislação palestina, com origem no Mandato Britânico, mas destinada ao habitante da área; 3) a lei comum, de cunho prevalentemente inglês; 4) A lei religiosa, das diversas comunidades do povo da área; e 4) a legislação israelita, de cunho absolutamente judaico, destinada a modificar-se a pouco e pouco e a adaptar-se às necessidades do novo Estado.

Não poderíamos deixar de fazer uma pequena apreciação sobre o sistema legal, em que o ponto diferencial em relação a outros países é o sistema de Cortes Religiosas (cristãs, muçulmanas, rabínicas, etc.), atendendo naturalmente ao caráter basicamente religioso dos contingentes humanos da região.

Quando iniciamos este artigo, abordamos a diversidade topográfica num território tão pequeno quanto o de Israel. O mes-

mo não podemos dizer quanto à significativa diversificação política de seus habitantes, pois o Estado de Israel representa realmente uma síntese de toda a estrutura política européia, pois os judeus que regressavam à terra natal sempre trouxeram a marca cultural dos países onde estavam exilados. É significativo também o número de partidos políticos, variando desde a extrema esquerda até a ultradireita religiosa. São em número de vinte e três, se contadas as cisões de partidos maiores e os partidos que defendem os interesses árabes. Para efeito, porém, de equilíbrio governamental, eles podem-se agrupar em 4 orientações, com uma prevalência pela tendência social-democrata: 1) os trabalhistas, a maioria no Parlamento; 2) os de tendência esquerdista, comunistas ou socialistas, incluindo os partidos árabes; 3) os religiosos, que, apesar de não serem maioria, exercem influência marcante nas decisões governamentais; e 4) os independentes, que se unem para eleger o Chefe do Gabinete.

Ficamos impressionados como tantas correntes políticas podem manter um Gabinete durante tanto tempo e em circunstâncias tão difíceis, mas há um fator decisivo concorrendo para essa relativa estabilidade governamental: a sobrevivência da nação.

Sempre foi idéia comum dividirmos o pensamento judaico em duas correntes filosóficas: os *sionistas*⁹, que colocavam a política em primeiro plano, e o *rabinato*, de religiosos. Com os episódios trágicos que estão marcando o mundo no Oriente Médio, já não podemos distinguir onde termina o interesse político e onde começa o compromisso religioso.

Não vamos fazer um resumo como conclusão, pois que, pela vastidão da matéria, fomos pinçando somente os enfoques mais atraentes para o leitor e que não são normalmente debatidos na mídia. Ao invés, como conclusão, vamos abordar um fator que ficou um pouco de escanteio, mas, quem sabe, possa trazer a solução de toda essa situação caótica daquela área e que

parece não ter fim: a intermediação do mundo cristão.

8. O cristianismo – uma perspectiva de mediação

Dissemos no princípio deste artigo que a Terra de Israel era, acima de tudo, uma terra de contrastes. Vejamos mais um.

Jesus de Nazaré, o maior líder espiritual que o mundo já viu, nasceu em Belém, no ano 6 ou 7 de sua própria Era, por um erro do atual calendário gregoriano¹⁰!

Belém fica situada bem no centro da Judéia e era berço do Rei David. Embora fosse uma cidade pequena, a profecia de Miquéias previa ali o nascimento do Salvador¹¹.

Assim, Jesus de Nazaré era um *judeu* da linhagem *Judá-David* e a imagem dos presentes dos Reis Magos representava com justeza o anseio geral: ouro, para a realeza (filho de David); incenso, para a santidade (nasceu o Salvador); e mirra, para a humanidade (“e o Verbo se fez carne”). Jesus, com sua família, durante toda a sua vida, até o início do seu ministério público, atendeu a todas as prescrições da Lei Mosaiaca e, embora residisse em Nazaré, fazia todas as peregrinações a Jerusalém, nas datas indicadas.

O problema começou quando Jesus, declarando que não tinha vindo para derogar a Lei e sim para aprofundá-la, deu, na verdade, uma guinada de 180 graus nas recomendações rabínicas ao afirmar que a Lei Mosaiaca e os Profetas se resumiam num único mandamento, composto de duas partes complementares: “Amar a Deus e ao próximo”.

O outro choque foi quando se declarou Messias, mas não para libertação política, porque o seu Reino não era “deste mundo”. A Judéia, no tempo de Jesus, vivia o auge do *messianismo*, com a esperança de um Salvador que libertasse o povo de tanta opressão; daquela vez, do jugo romano.

Finalmente, o terceiro rompimento formal foi a recomendação para que o ensino do Evangelho fosse ministrado até os con-

fins da Terra, para a salvação de todos, estendendo o conceito de Povo de Deus a toda a humanidade. Aliás, essa inclusão dos pagãos no contingente dos candidatos à salvação foi uma tônica durante todo o ministério de Jesus.

Era demais para os dirigentes judeus da época, que não perdoariam jamais essa aparente derrocada da Lei!

As conseqüências todos conhecem.

Não tendo condições para a permanência em Jerusalém, os Apóstolos procuraram outras terras, mas alguns ainda se sentiam presos à severa tradição judaica e às suas tradições. Foi então que surgiu o fenômeno Paulo de Tarso, que recebeu o difícil encargo da doutrinação dos gentios, levando o final de sua campanha a Roma, onde outros Apóstolos o reforçariam.

A transferência do centro espiritual do Cristianismo nascente para o pólo do então poderoso Império Romano, onde acabou triunfante, apesar das perseguições, trouxe muitas conseqüências de ordem político-militar.

Uma delas foi a ação de Roma contra a invasão bárbara da Europa, que traria sérios reflexos na Civilização Ocidental. Somente esse episódio justificaria a presença da nova crença na Europa, se feita a abstração dos aspectos místicos.

Contudo, Roma cometeu, também, inúmeros erros e desvios. A Inquisição e seus desdobramentos, os desmandos de alguns dirigentes da Igreja durante o poder temporal e mesmo desacertos em assuntos da própria legislação eclesiástica propiciaram a Reforma, um duro golpe na Igreja! Finalmente, apareceu um anjo salvador, Inácio de Loyola, uma inteligência fulgurante, e o “trem voltou aos trilhos”.

Duas décadas passadas, quando a maioria dos padres católicos europeus ainda se inebriava com os acenos promissores da teoria marxista, houve um pequeno tremor de terra político, até que foi nomeado Vigário de Cristo um polonês conhecedor profundo da matéria, Karol Voytila, o Papa João Pau-

lo II, cuja atuação concorreu para levar à implosão o império comunista.

Não há dúvida de que, apesar de alguns tropeços, símbolos de humanidade, Roma tem agido com muito acerto, equilíbrio e fidelidade aos ensinamentos do Cristianismo autêntico, pautando sua conduta pelos instrumentos da paz e do amor, em função de que sua atuação mediadora seja decisiva nas questões do Oriente Médio.

Enquanto caminha nas estradas deste mundo, rumo à eternidade, Roma, nestes dois mil anos, tem atuado com firmeza, mas com serenidade, saindo de situações difíceis, mostrando que é assistida espiritualmente. Embora procure se ajustar às exigências do mundo moderno, mantém os fundamentos básicos do Cristianismo original autêntico, não se deixando influenciar por motivações “vivenciais”.

Mas não esqueçamos nunca: Roma tem sido uma cópia autêntica e inspirada. Mas é uma cópia. O original é Jerusalém.

Notas

¹Hebreu parece ter origem na raiz semítica EVER, que, em todos os vocábulos derivados, tem relação com “travessia”. Os hebreus vieram para a Terra de Canaã de “Além do grande Rio Eufrates”.

²Gênesis, XII, 1 – 5.

³Gênesis, XV, 7, 18 – 20.

⁴Deuteronômio, XXXIII, 48 – 52.

⁵A nação fenícia tinha esse nome “Phoenícia” devido a uma palmeira cujo coco produzia uma tintura vermelho-carmim, a “Phoenix”, comercializada com os gregos. É também o nome de uma ave mitológica que morre e ressuscita, mas que aparentemente nada tem que ver com a Fenícia.

⁶Possuímos cópia do alfabeto cananeu, ou fenício, subtraído pelos gregos por volta de 900 a.c. As letras foram sendo modificadas com os tempos, nos períodos de cultura grega, depois pelos etruscos, romanos, até o nosso alfabeto. Os leitores interessados podem procurar maiores informações na Subsecretaria de Edições Técnicas – Av. N2, Unidade de Apoio III – Cep 70165 900 – Brasília, DF.

⁷Termo grego que significa “dispersão” ou “êxodo”.

⁸ Palavra que significa “assembléia”.

⁹ Adepto do sionismo, movimento por um Estado israelita autônomo. Vem de “Sion”, monte próximo a Jerusalém.

¹⁰ Jesus nasceu entre os anos 747 e 748 da fundação de Roma, isto é, seis ou sete anos antes de começar a Era Cristã!

¹¹ Míq., 5,1.